

BOLETIM

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 35– fevereiro/2017



Foto: Arquivo/Secretaria Executiva. Grupo de Trabalho - Ação 8/2017

O mês de fevereiro foi marcado pela retomada dos trabalhos pelos coordenadores e colaboradores da ENCCLA. No planejamento anual da Estratégia, tínhamos como marco relevante o termo final de encaminhamento, pelos coordenadores, dos planos de trabalhos de cada uma das 11 Ações da ENCCLA de 2017.

A dedicação dos coordenadores e colaboradores permitiu que chegássemos ao final do mês com o recebimento de todos os planos de trabalho. Foi possível, inclusive, realizar a primeira reunião de trabalho da Ação 8/2017, coordenada pelo Banco Central do Brasil (matéria abaixo). Também neste mês, atingimos o número de 71 órgãos e entidades participantes da ENCCLA que indicaram seus respectivos representantes. Muitos desses servidores estarão participando pela primeira vez da ENCCLA, significando importante renovação, trazendo novas vivências e experiências, agregando sobremaneira na construção de um conhecimento transversal necessário à consecução dos objetivos propostos durante a XIV Reunião Plenária da Estratégia.

Com o recebimento dos planos de trabalho foi possível organizar a agenda provisória da ENCCLA ao longo de todo 2017, fato que permitirá aos participantes um melhor planejamento de seus compromissos, aumentando a participação dos membros nas reuniões dos Grupos de Ações, além de representar economia aos órgãos, entidades daqueles representantes que necessitam se deslocar a Brasília para referidos encontros de trabalho.

Mas fevereiro não foi um mês apenas de planejamento do trabalho da ENCCLA, houve espaço para treinamento e capacitação. Durante os dias 06 a 09, representantes do DRCI e da CGU integraram a missão brasileira que participou de reuniões técnicas de trabalhos com a *Crow Prosecution Service, a Serious Fraud Office, a Joint Anti-Corruption Unit*, entre outras agências britânicas com atuação no combate à corrupção no Reino Unido. O foco dos debates foi compreender a importância do Plano Nacional Anticorrupção Britânico, os avanços sentidos após a entrada em vigor, em 1º de julho de 2011, da Lei de Suborno (*The Bribery Act 2010*) e, especialmente, aprender como as agências britânicas atuam de forma integrada na repressão ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Nesse sentido, foi interessante perceber que a legislação britânica normatiza não só a relação público-privado, mas também regula a relação existente unicamente no ambiente privado, atingindo, inclusive, companhias internacionais que possuam representação no Reino Unido. A referida legislação inova ao prever a *ofensa de falha das organizações criminais em prevenir o suborno*, prevendo multas ilimitadas às empresas consideradas culpadas por suborno, exigindo e penalizando as corporações e seus dirigentes e empregados que não instituem programas de *compliance* e constantes revisões de seus procedimentos internos, com a finalidade de verificar e aprimorar eventuais pontos frágeis.

Destaca-se também a atuação da *Serious Fraud Office* (SFO) nesse processo, pois este departamento de Governo independente atua de forma seletiva e eficiente na investigação e processamento judicial dos casos mais relevantes e complexos de fraude e corrupção. A SFO integra o sistema de justiça criminal do Reino Unido, com jurisdição na Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales.

A recém-criada *Joint Anti-Corruption Unit* (JACU), em 2015, é uma agência transversal do Governo Britânico, vinculada ao *Cabinet Office*, que tem como responsabilidade concentrar os esforços de coordenação nacional e internacional que assegurem uma mudança ambiciosa na luta contra a corrupção. Apesar de ser uma unidade pequena (apenas oito servidores), sua atuação se dá no plano estratégico, de alinhamento da atuação das diferentes agências britânicas anticorrupção. O modelo institucional da JACU é algo que deve ser objeto de estudo comparado dentro da proposta de trabalho em andamento na Ação 11/2017 da ENCCLA.

Tais visitas inserem-se no projeto intitulado "Modelo de Reforma da Gestão da Justiça: melhor eficiência pública e redução da corrupção", financiado pelo Fundo de Prosperidade vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, por intermédio de sua representação diplomática no Brasil. O resultado dessa experiência será objeto de difusão de conhecimento a todos os membros da ENCCLA interessados no assunto, durante o seminário internacional Brasil-Reino Unido, que será promovido entre os dias 21 e 22 de março de 2017, no auditório do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria firmada entre a FGV-Rio, Embaixada do Reino Unido e MJSP. Em breve, a Secretaria Executiva da ENCCLA encaminhará a programação e os formulários para inscrição no **Seminário Internacional Brasil – Reino Unido sobre o Combate à Corrupção**.

Secretaria Executiva

CURTAS

Agenda Reuniões ENCCLA 2017

07/03/2017- **1ª reunião da Ação 7.** Coordenador: Rede-LAB. Coordenador adjunto: SEGOV. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AMPCON, ANPR, BCB, CADE, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOC, GSI/PR, INSS, MPF, MPM, MPMA, MPMS, MPPE, MPPR, MPRJ, MPRN, MPRS, MPSC, MPSP, MPT, PCMA, PCMG, PCRS, PCSC, PCSP, PF, PGERs, PGESP, PGFN, PREVIC, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, SECONT/ES, SENAD, SP/MF, STI/MP, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

07/03/2017- **1ª reunião da Ação 6.** Coordenador: CNMP. Coordenador adjunto: SEGOV. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CASA CIVIL RS, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONACI, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

08/03/2017 – **1ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Enccla (GGI).** Local: DRCI, 9h30.

14/03/2017 – **1ª reunião da Ação 1.** Coordenador: TCU. Colaboradores: ADPF, AGU, AMB, AMPCON, ANPR, ATRICON, BB, BCB, CGEMG, CGU, CNMP, CONACI, FEBRABAN, MPF, MPM, MPT, PF, PGERs, PGFN, SEGES. Local: DRCI, às 9h30.

15/03/2017 – **1ª reunião da Ação 3.** Coordenador: AGU. Coordenador adjunto: PGE/RS. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, ATRICON, BCB, BNDES, CGU, CNMP, CONACI, CONJUR/MJC, CVM, MPF, MPM, MPMS, MPRS, MPSC, MPSP, PCRS, PF, PGEBA, PGFN, PGMSP, TCU. Local: DRCI, às 9h30.

16/03/2017 – **1ª reunião da Ação 5.** Coordenador: TCU. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANPR, CADE, CGMSP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, GNCOC, MPM, MPT, PF, PGFN, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

16/03/2017 – **1ª reunião da Ação 10.** Coordenador: SP/MF. Colaboradores: AJUFE, AMPCON, AMB, ANAPE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, CGU, CJF, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, INSS, MD, MPMA, MPMS, MPRN, PF, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

23/03/2017 – **1ª reunião da Ação 9.** Coordenador: DRCI. Coordenadores-adjuntos: PF, MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMB, ANPR, CGU, CNMP, COAF, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOC, GSI/PR, MRE, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

23/03/2017 – **1ª reunião da Ação 2.** Coordenador: CGU. Colaboradores: ADPF, AMPCON, ATRICON, CGMSP, CNMP, CNPG, CONACI, MPPE, MPPI, MPPR, MPRJ, MPRN, MPSC, MPSP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

29/03/2017 – **2ª reunião da Ação 8.** Coordenador: BCB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP, TCU. Local: DRCI, às 9h30.

Agenda PNLD

07 a 10/03/2017 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo. Local: Vitória/ES

04 a 07/04 – Ministério Público do Maranhão. Local: São Luís/MA
25 a 28/04 – Polícia Civil da Paraíba. Local: João Pessoa/PB
24 a 26/05 – Escola da Magistratura Federal. Local: Fortaleza/CE
06 a 09/06 – Ministério Público do Estado do Acre. Local: Rio Branco/AC

Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*



ADPF – Associação dos Delegados de Polícia Federal ADPF lança 1ª edição da Revista Delegados Federais

06/02/2017 - O ano de 2017 se inicia com o lançamento de um importante projeto: a Revista Delegados Federais. A publicação surge como uma reformulação da antiga Revista Prisma e, nesta edição, traz destaques do ano que passou – como bastidores da Operação Lava Jato e a luta pela Autonomia da Polícia Federal –, além de novidades para 2017.

A principal será o VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, que realizaremos em março deste ano, em Santa Catarina. O maior encontro de todos os tempos de Delegados Federais reunirá 400 participantes para debater temas relacionados à Segurança Pública e à Justiça Criminal.

O evento será uma boa oportunidade para fazermos um balanço de nossas atividades em 2016 e planejarmos 2017. A turbulência no cenário político, fiscal e econômico reverberou na vida de milhões de brasileiros. Para os Delegados de Polícia Federal, não foi diferente. Como resultado, nos engajamos em diversos embates.

Em março de 2016, lançamos a Campanha pela Autonomia da Polícia Federal. O sucesso foi estrondoso. Mais de 650 mil pessoas assinaram a “Carta Aberta do Povo Brasileiro” em defesa da aprovação, no Congresso Nacional, da PEC 412/2009, que prevê a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da PF.

O apoio maciço confirma que a garantia institucional para que a Polícia Federal continue a investigar e a combater o crime organizado e a corrupção não é uma preocupação somente dos Delegados Federais, mas de toda a população. E a mobilização deu muitos resultados.

Após sete anos estacionada na Câmara dos Deputados, a proposta finalmente começou a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Na esteira da Campanha pela Autonomia da PF, realizamos simpósios nacionais de combate à corrupção e corridas contra a corrupção. Participamos de seminários da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e fechamos importantes parcerias.

No Congresso, lutamos pelo apensamento das Propostas de Emenda à Constituição que tratam da reformulação do sistema de segurança pública, visando dar um tratamento sistêmico à crise de segurança pública, inclusive ao sistema penitenciário.

No Executivo, brigamos pela recomposição dos subsídios dos Delegados Federais e pelas garantias do cargo. Além disso, levamos as propostas e o pensamento dos Delegados Federais à televisão, jornais, revistas, sites de notícia.

Ocupamos espaços e nos fizemos ser ouvidos. Todos esses assuntos, além de muitos outros, leitor, estão detalhados nas páginas a seguir. [Clique aqui para baixar a Revista](#)

[CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União](#)

[Entidade que firmar convênio com Governo Federal deverá criar canal de denúncia](#)

Exigência está em portaria dos ministérios da Transparência, da Fazenda e do Planejamento



22/02/2017 - Iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área do Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área do Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

Os órgãos e entidades públicas ou privadas que celebrarem convênios ou contratos de repasse com o Governo Federal, a partir de janeiro de 2017, deverão manter um canal de comunicação efetivo para o registro de solicitações, elogios, sugestões, reclamações e denúncias por parte da sociedade. A exigência está na Portaria nº 424, assinada entre os ministérios da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

O normativo também determina que, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, os convenientes deverão incluir nas placas e adesivos indicativos daquela reforma ou construção a informação sobre o canal para registro de manifestações.

[Acesse a íntegra da Portaria nº 424/2016](#)

A iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área vinculada ao Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). O objetivo é garantir que a interlocução entre os cidadãos e a Administração Pública provoque a melhoria dos serviços prestados.

Transparência - O Portal da Transparência permite, há mais de uma década, o controle social relativo aos convênios firmados pelo Poder Executivo Federal. O site oferece consulta à lista de todas as transferências voluntárias celebradas a partir de 1996, com a descrição do objeto, datas e valores envolvidos. É possível realizar a pesquisa por ente federativo, órgão concedente e movimentação das contas.

[Acesse a consulta a convênios](#)

Inclusive, qualquer cidadão pode receber, por e-mail, as atualizações sobre liberações de recursos de convênios para seu município. Para isso, basta se cadastrar, gratuitamente, na mala direta do Portal. O formulário está disponível no mesmo endereço eletrônico.

Fonte: www.cgu.gov.br

[CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União](#)

[Médias, pequenas e microempresas recebem orientação sobre mecanismos de integridade](#)

Alliance for Integrity, parceira do Ministério da Transparência, realiza palestra virtual gratuita



Operação Lava Jato tem revelado, nos últimos anos, casos de corrupção que envolvem algumas das maiores empreiteiras do país. Fraudes cometidas por construtoras com receita bruta bilionária e milhares de funcionários. No entanto, não só as grandes corporações que estão sujeitas à falta de honestidade em seus negócios. As de micro, pequeno e médio portes também devem ficar atentas à ocorrência de irregularidades, tanto no ambiente interno, quanto na relação com clientes e colaboradores.

Para auxiliar as empresas de tamanho menor na identificação de zonas cinzentas (entre o legal e o ilegal) e na implementação de mecanismos de integridade, a Alliance for Integrity - iniciativa global implementada pela agência de cooperação técnica alemã GIZ - que em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) realizará uma palestra virtual sobre análise de riscos relativos à *compliance*.

A iniciativa faz parte da primeira sessão do Ciclo Webinar DEPE. A transmissão será ao vivo, no dia 20 de fevereiro, às 11h (horário de Brasília). A palestra será conduzida por Camila Araujo e Roberta Codignoto, especialistas em integridade das empresas Deloitte e Staples – também parceiras da Alliance for Integrity. A apresentação (em português) terá duração de uma hora, com espaço para perguntas e respostas. O Ciclo Webinar DEPE contará com outras cinco edições ao longo do ano, que abordarão temas que auxiliem as empresas no desenvolvimento e na implementação de sistemas efetivos de prevenção à corrupção.

Sebrae - O Ministério da Transparência e o Sebrae firmaram parceria, em 2015, com o objetivo de levar o tema integridade empresarial às micro e pequenas empresas brasileiras. Um dos produtos dessa cooperação foi o lançamento da cartilha Integridade para Pequenos Negócios. O guia busca orientar o empreendedor quanto à

importância da integridade nas relações comerciais, além de apresentar sugestões de medidas, de baixo custo, que podem ser adotadas para estruturar um programa de *compliance*.

Empresa Íntegra – Acesse o portal do Sebrae e conheça dicas para um empreendimento idôneo

Aliança -A *Alliance for Integrity* busca envolver diversos atores na construção e promoção de soluções para fortalecer as ações de integridade no setor privado. A aliança, criada há três anos, é encabeçada pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), agência governamental estruturada como companhia privada, mas sem fins lucrativos. No Brasil, o conselho consultivo foi estabelecido em maio de 2016 e é composto por representantes do setor privado (Allianz Seguros S.A., Banco do Brasil S.A., LATAM Airlines Group, Mercedes-Benz, Siemens Brazil), setor público (CADE e CGU) e sociedade civil (Rede Brasil do Pacto Global e Instituto Ethos).

Fonte: www.cgu.gov.br

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

Enccla 2017 inicia os trabalhos com reunião da Ação 8

Grupo de trabalho tem por objetivo elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico no país para evitar a lavagem de dinheiro



Em 15/2, o grupo de trabalho da Ação 8/2017 da Enccla, que será responsável por elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico, foi o primeiro a reunir-se neste ano. O objetivo da Ação é conhecer e discutir a temática para evitar que sejam utilizadas para a prática de crimes, como a lavagem de dinheiro.

Os participantes analisaram e aprovaram o plano de trabalho da Ação. Durante a reunião, o representante do Banco Central do Brasil (BCB), que coordena a ação, apresentou diferenças conceituais entre moedas eletrônicas, previstas em nosso ordenamento jurídico, e virtuais, tais como o bitcoin, ainda não regulamentadas.

A primeira ação do grupo de trabalho é discutir e definir o conceito de moeda virtual, diferenciando-as de eletrônicas, para então se checar ao diagnóstico que será o produto final da ação. O objetivo é identificar eventuais tipologias que sirvam para a prática de ilícitos, tais como a lavagem de dinheiro.

Nas próximas reuniões o grupo fará apresentações e discussões para a troca e nivelamento de conhecimentos a respeito da temática. Após a conceituação de moeda virtual, o grupo se dedicará à identificação das tipologias de lavagem de dinheiro mediante a utilização de moedas virtuais.

Em setembro, está prevista a realização de seminário, com a presença de autoridades estrangeiras, para o intercâmbio de conhecimentos e de práticas sobre como outros países lidam com as moedas virtuais. Atualmente, chama-se de 'virtual' a moeda que não existe fisicamente (notas) e que não é controlada por governo ou país. Sua emissão e circulação são realizadas por sistemas de pagamentos digitais que não estão submetidos a nenhuma autoridade central ou intermediários - bancos. As transações são feitas por meio de aplicativos e de código-fonte aberto diretamente entre os interessados, sem um intermediador.

A moeda virtual mais conhecida, atualmente, é a bitcoin, criada em 2008 por programadores japoneses, atualmente cotada em mais de 3,4 mil reais a unidade. No Brasil, já existem empresas que aceitam pagamentos em Bitcoins.

O grupo de trabalho da Ação 8/2017 da Enccla é coordenado pelo Banco Central do Brasil e composto pelos seguintes colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP e TCU.

Fonte: DRCI/SNJ/MJSP

Imagem: Designed by Rosapuchalt - <http://www.freepik.com>

MPF - Ministério Público Federal

MPF propõe definição de temas prioritários e atuação integrada para garantir segurança nas regiões de fronteira



08/02/2017 - O Ministério Público Federal (MPF) apresentou a estratégia atual da área criminal e defendeu a participação da instituição na política de segurança e proteção das fronteiras brasileiras durante a primeira reunião do Comitê Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (Propif), realizada nessa terça-feira, 7 de fevereiro, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Instituído em novembro do ano passado, o programa tem como objetivo organizar a atuação da administração pública para fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos crimes transfronteiriços. Além do MPF – convidado a integrar o grupo – compõem o Comitê representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), dos Ministérios da Defesa, da Justiça e Cidadania e das Relações Exteriores, da Receita Federal, e das Polícias Federal e Rodoviária Federal.

O MPF foi representado na reunião pela coordenadora da Câmara Criminal, supbrocuradora-geral da República Luiza Frischeisen. Ao apresentar a atuação da instituição, ela destacou a criação do Grupo de Trabalho Crimes

de Fronteira, que tem a finalidade de articular estratégias de combate a crimes como tráfico internacional de drogas, armas e pessoas nas divisas brasileiras, contrabando e descaminho de grandes cargas.

A subprocuradora-geral também enfatizou a necessidade de adoção de uma metodologia de trabalho integrada, com a definição de temas prioritários e, sobretudo, o constante intercâmbio de informações entre os órgãos e os estados da federação no intuito de garantir a efetividade da persecução penal em crimes cometidos em regiões de fronteira.

Como exemplo, Luiza citou a atuação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que é formada por mais de 60 órgãos, incluindo os três poderes da República, Ministérios Públicos e sociedade civil. “É um exemplo de uma atuação que reúne diversos órgãos e ainda sim tem um desempenho efetivo e transparente por ter uma definição clara de temas prioritários”.

Estratégia e efetividade – Outro ponto destacado pela subprocuradora-geral foi a importância da participação do MPF na definição das estratégias de atuação, a fim de garantir maior efetividade às ações penais. Luiza explicou, por exemplo, que procedimentos como a colheita de provas e a audiência com testemunhas podem ser decisivos nos processos. “O contato entre agências de fiscalização e órgãos como o MPF é importantíssimo, principalmente durante operações, quando um defeito na colheita de provas pode colocar toda investigação a perder”, frisou.

A ausência de parametrização de dados de segurança pública também foi citada como entrave na implementação de um sistema unificado por participantes da reunião. Um dos pontos indicados como preocupante foi a dificuldade para integração das bases de dados estaduais com a base do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Luiza Frischeisen enfatizou que muitos estados utilizam diferentes termos para registrar determinados delitos, causando divergências nas informações geradas.

Por fim, a subprocuradora-geral da República citou a realização, pelo MPF, de oficina de trabalho sobre crimes de fronteiras. O evento, realizado na Procuradoria-Geral da República nos dias 7 e 8 de fevereiro, teve o intuito de trocar informações e experiências sobre as questões relacionadas aos crimes de fronteira e contou com a participação de representantes da Senasp e especialistas da área. [Veja a íntegra da apresentação.](#)

Fonte: Secretaria de Comunicação Social/ Procuradoria-Geral da República

Foto: João Américo - Secom/PGR

[TCU – Tribunal de Contas da União](#)

TCU cria unidade para intensificar cooperação entre vários órgãos de controle



A unidade foi criada com o propósito de impulsionar as ações de controle que tenham o objetivo de prevenir, detectar e reprimir fraude e corrupção na Administração Pública Federal.

Na primeira sessão de 2017, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, apresentou as prioridades da sua gestão: combate à fraude e à corrupção; indução do aumento da eficiência na gestão estatal; e promoção da transparência na administração pública.

Ao escolher o foco de sua administração, o presidente Carreiro afirmou que a fraude e a corrupção minam a eficiência do Estado, diminuem o acesso a serviços básicos, distorcem a alocação de recursos, desequilibram a saudável competição no mercado, impõem entraves econômicos, políticos e sociais para o crescimento sustentável, corroem a confiança nas instituições e instigam o desprezo do cidadão pela lei.

Para dar corpo às intenções anunciadas, Raimundo Carreiro criou a Secretaria de Relações Institucionais no Combate a Fraude e Corrupção (Seccor). Essa unidade – que integra a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) – foi criada com o propósito de impulsionar as ações de controle que tenham o objetivo de prevenir, detectar e reprimir fraudes e corrupção na Administração Pública Federal.

De acordo com o presidente Raimundo Carreiro, uma das principais atribuições da Seccor será fomentar a cooperação entre o tribunal e outros órgãos e entidades de controle e fiscalização. “Com mais informações e com mais consequências para os achados de auditoria, tende-se a promover uma opinião mais robusta nos trabalhos, ampliando o senso de consequência dos administradores e aumentando a pressão modificadora institucional em um conjunto altamente preventivo”, avalia.

A diretriz é tornar a Seccor uma ponte entre as demais secretarias do tribunal e os parceiros de controle. Algumas das oportunidades de ação da nova secretaria já identificadas são: auxiliar as unidades da Segecex no trato processual do fluxo e registro de informações; ajudar na construção do exato papel do tribunal nessas cooperações; apoiar na definição de regulamento que confira segurança aos auditores e relatores no intercâmbio de informações; viabilizar a identificação de trabalhos prioritários para catalisar a alocação eficiente de recursos; consolidar, para a sociedade, os resultados de controle externo no combate a fraude e corrupção; e elaborar referencial de combate a fraude e corrupção para gestores.

Enfim, diz Raimundo Carreiro, “além de apoiar as secretarias na elaboração de estratégias para dirimir os males da corrupção, solicitei que Seccor faça o mapeamento e dissemine as boas práticas afetas ao tema no tribunal, capazes de serem reproduzidas regularmente com sucesso nas ações de controle”.

Ainda de acordo com o presidente Carreiro, a participação de todos os servidores do tribunal na construção dessa nova visão tem papel fundamental. "Mais que uma ação prioritária da gestão, importa construir uma filosofia e uma cultura na identificação de oportunidades de ações de controle externo em cooperação. Tudo com o propósito de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade, por meio do controle", afirma.

Contato da Seccor: (61) 3316-7296 ou 3316-7891.

